



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
UASG 985811

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 033/2025

Processo nº 4391/2025

Data: 30/06/2025

Hora: 09h (horário de Brasília)

Critério de julgamento: MENOR PREÇO

Modelo de disputa: ABERTO

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Não

Valor da Contratação: R\$ 77.713,25 (setenta e sete mil setecentos e treze reais e vinte e cinco centavos).

OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de seguro veicular visando prestação de serviço de seguro para os veículos pertencentes à frota municipal, a pedido de diversas secretarias e do gabinete do município de bom jesus do itabapoana- rj.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
8. DOS RECURSOS	23
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	24
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	27
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	27
12. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	28
13. ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	44
14. ANEXO III-MODELO DE PROPOSTA	58



Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025

(Processo Administrativo nº 4391/2025)

Torna-se público que o **Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ**, situada à Av. Governador Roberto Silveira, nº 68 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Telefone nº (22) 3833-9200, realizará licitação, na modalidade PREGÃO nº 033/2025, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa “**ABERTO**” com critério de julgamento **POR ITEM**, e o tipo de licitação de **MENOR PREÇO**, para compras e serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO VEICULAR VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, A PEDIDO DE DIVERSAS SECRETARIAS E DO GABINETE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.3. No caso de existir divergência entre as especificações contidas no item deste termo e as que constam no CATMAT/CATSERV – Código do Material do Sistema COMPRAS.GOV, prevalecerão os indicados neste Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. **Não haverá participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#). **Justificativa para afastar exclusividade de participação de ME/EPP:** No presente caso, embora o valor do item não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), optou-se, com base no art. 49, III, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, por não se aplicar o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) disposto nos arts. 47 e 48 da referida Lei Complementar. **Verifica-se não ser adequada a exclusividade de ME/EPP diante da complexidade da execução dos serviços**, tendo em vista a extensão territorial a qual haverá o deslocamento dos caros segurados, uma vez que será exigida da empresa contratada capilaridade em todo o estado do Rio de Janeiro e em outros Estados. Dessa forma, tal restrição pode representar prejuízo à Administração na execução da totalidade do objeto a ser contratado.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá (faculdade, conforme o artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022) parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor **unitário e total dos itens**; com no máximo quatro casas decimais após a vírgula; (devendo obedecer ao preço máximo orçado por item pela administração, sob pena de desclassificação).
 - 4.1.2. Marca; (vedada a identificação do licitante neste campo, sob pena de desclassificação).
 - 4.1.3. Fabricante, quando adequado ao objeto licitado;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1- Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. **A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, anexo I do edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.**
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.



5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário**.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será **o percentual de 1%**. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

1.1. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no preâmbulo do edital.

1.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

1.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**

1.2.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, **será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 1.2.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**
- 1.2.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**
- 1.2.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.**
- 1.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 1.3.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 1.3.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 1.3.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 1.3.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 1.3.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.4. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 1.4.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 1.4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 1.4.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 1.4.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.4.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 1.4.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.4.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 1.4.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 1.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 1.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 1.8. Quando a **desconexão do sistema eletrônico** para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 1.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 1.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 1.10.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 1.10.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 1.10.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 1.10.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 1.11. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 1.11.1. Havendo eventual **empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 1.11.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 1.11.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 1.11.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 1.11.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 1.11.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 1.11.2.1. empresas estabelecidas no Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ;
- 1.11.2.2. empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 1.11.2.3. empresas brasileiras;
- 1.11.2.4. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 1.11.2.5. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 1.11.3. Os documentos comprobatórios elencados nos Itens 5.20.1 e 5.20.2, referentes aos critérios de desempate, deverão ser enviados pelos licitantes, no prazo de 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desistência do desempate.
- 1.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da **proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido** para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 1.12.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 1.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 1.12.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 1.12.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 1.12.5. **É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**
- 1.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

2. DA FASE DE JULGAMENTO

- 2.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 2.1.1. SICAF;
- 2.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 2.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 2.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 2.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 2.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 2.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 2.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 2.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 2.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 2.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 2.7.1. conter vícios insanáveis;
- 2.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 2.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 2.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 2.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 2.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 2.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 2.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 2.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 2.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 2.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 2.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 2.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 2.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 2.10. **Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.** Conforme Decreto Municipal nº 2436/2025.
- 2.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 2.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 2.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 2.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 2.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 2.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 2.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 2.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 2.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 2.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 2.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



3. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

7.2. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, engloba a aferição da regularidade dos licitantes perante a Seguridade Social.
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, a Certidão Regularidade de Débito Fiscal (CND) expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante. Certidão de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa. (Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

f) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

g) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

7.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.**

b) As empresas interessadas em participar do referido processo licitatório que estejam em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL deverão apresentar:

b-1. CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL expedida pelo órgão distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

b-2. A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;

b-3. A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira.

C- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

C.1- No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos no item C limitar-se-ão ao último exercício social.

C-2- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devendo atender a todas as demais exigências da habilitação.

C-3- A documentação mencionada no subitem C, C-1 e C-3 deverá atender as seguintes condições:

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que possui Índice de Solvência Geral (ISG),



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) iguais ou superiores a 1,0 (um inteiro), sendo os referidos índices calculados da seguinte forma:

$$\text{ISG} = \text{AT} : (\text{PC} + \text{ELP})$$

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) : (\text{PC} + \text{ELP}) \quad \text{ILC} = \text{AC} : \text{PC}$$

Onde:

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

- Na hipótese de o licitante apresentar resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes dos subitens anteriores, o licitante poderá comprovar ter capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação, conforme art. 42, § 2º, Lei nº. 14.133/21.

7.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.6 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 7.8.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.
- 7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

- 7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.16.1.
- 7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.4– DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1- Um ou mais **atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente). O atestado deve conter informações do seu emitente como telefone e endereço, de forma que este município possa fazer contato para verificar sua autenticidade se for necessário. O atestado de capacidade técnica terá prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explicita sua validade.

8. DOS RECURSOS

8.7. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.9. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.9.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.9.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 20 (vinte) minutos.

8.9.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.9.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.10. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



- 8.11. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.12. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.13. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.15. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.16. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.7. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.7.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.7.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 9.7.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.7.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.7.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.7.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.7.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.7.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



-
- 9.7.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.7.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.7.5. fraudar a licitação
- 9.7.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.7.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.7.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.7.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.7.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.7.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.7.9. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.7.10. advertência;
- 9.7.11. multa;
- 9.7.12. impedimento de licitar e contratar e
- 9.7.13. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.8.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 9.9. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.9.1. Para as infrações previstas nos itens 9.7.1, 9.7.2 e 9.7.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 9.9.2. Para as infrações previstas nos itens 9.7.4, 9.7.5, 9.7.6, 9.7.7 e 9.7.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 9.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.7.1, 9.7.2 e 9.7.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito do Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.13. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.7.4, 9.7.5, 9.7.6, 9.7.7 e 9.7.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.7.1, 9.7.2 e 9.7.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.7.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação
- 9.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- 9.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.19. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.7. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.
- 10.8. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.9. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte email: contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br**.
- 10.10. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.10.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.11. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.7. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 11.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.
- 11.17. **Todas as comunicações dos licitantes durante a sessão pública de licitação deverá ser realizada através do email contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br.**
- 11.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos a seguir.

12. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

13. ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

14. ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA.

Bom Jesus do Itabapoana , xx de xxxx de 2025

Leonardo Degli Esporti Garcia
Secretario Municipal de Administração e Planejamento
Portaria nº 004/2025



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA UNIFICADO

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

- **Nome do Órgão/Entidade Pública:** Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana/RJ
- **Número do Processo Administrativo:** PA nº 4391/2025, 4524/2025 e 118/2025
- **Referência Legal:** Lei nº 14.133/2021 (art. 82 a 86), Decreto nº 11.462/2023
- **Data de Elaboração:** 25/03/2025

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- **Descrição:** Contratação de empresa para prestação de seguro veicular visando prestação de serviço de seguro para os veículos pertencentes à frota municipal, a pedido de diversas secretarias e do gabinete de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, com cobertura abrangente (colisão, incêndio, roubo/furto e desastres naturais), RCF (Responsabilidade Civil Facultativa), APP (Acidentes Pessoais por Passageiro), cobertura para vidros, lanternas, retrovisores, faróis, assistência 24 horas completa (táxi e guincho ilimitados), com base na tabela FIPE, conforme descrições e quantitativos estimados abaixo.
- **Tipo de Contratação:**
Contratação de Serviço de Seguro Veicular para a frota de Prefeitura.
- **Modalidade:**
Pregão Eletrônico, com critério menor preço.

As descrições e os quantitativos são os seguintes:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO
------	--------	-------------------	-----	--------	----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



1	30127	<p>HYUNDAI -HB20 - SEDAN Placa: RKN7D49 Chassi: 988675138NKL75696 Tipo: Automóvel Espécie: Passageiro Modelo: SEDAN Marca: HYUNDAI Combustível: Álcool/Gasolina Cor: PRETA FAB/MOD: 2022 RENAVAM: 01324189220</p> <p>a) Apólice deverá ter cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (táxi e guincho ilimitados): até 400Km; e) Cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante. Franquia: normal.</p>	UND	1	R\$ 2.664,7667
---	-------	---	-----	---	-----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



2	30127	<p>HYUNDAI HB20 S Placa: RJV7J14 Chassi: 9BHCP41BBPP3367630 Tipo: Automóvel Espécie: Passageiro Modelo: HB20 S 10TA COMFORT Marca: HYUNDAI Combustível: Álcool/Gasolina Cor: Branca FAB/MOD: 2022/2023 RENAVAM: 01329305431</p> <p>a) Apólice deverá ter cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto e Desastres Naturais; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00 – Danos morais – R\$ 20.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (táxi e guincho ilimitados): até 400Km; e) Cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante. Franquia: normal.</p>	UND	1	R\$ 3.275,5900
---	-------	--	-----	---	-----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



3	30127	<p>HYUNDAI HB20 Placa: RJV7J13 Chassi: 9BHCP51BBPP351429 Tipo: Automóvel Espécie: Passageiro Modelo: HB20 10TA CONFORT Marca: HYUNDAI Combustível: Álcool/Gasolina Cor: Branca FAB/MOD: 2022/2023 RENAVAM: 01329301827</p> <p>a) Apólice deverá ter cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto e Desastres Naturais; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00 – Danos morais – R\$ 20.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (táxi e guincho ilimitados): até 400Km; e) Cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante. Franquia: normal.</p>	UND	1	R\$ 3.285,4075
---	-------	---	-----	---	-----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



4	30127	<p>NISSAN VERSA SENSE Placa: SRC3H13 Chassi: 3N1CN8AEXRL809662 Tipo: Automóvel Espécie: Passageiro Modelo: NISSAN VERSA SENSE CVT Marca: NISSAN Combustível: Álcool/Gasolina Cor: Branca FAB/MOD: 2023/2024 RENAVAM: 01381609730</p> <p>a) Apólice deverá ter cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto e Desastres Naturais; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00 – Danos morais – R\$ 20.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (táxi e guincho ilimitados): até 400Km; e) Cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante. Franquia: normal.</p>	UND	1	R\$ 3.737,9250
5	30127	<p>RENAULT MASTER Placa: SRX-9D72 Chassi: 93YF62002SJ014614 Tipo: MICROONIBUS Espécie: PASSAGEIRO MODELO: MASTER JI MBUS MARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01408191790</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 8.236,8750



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



6	30127	<p>RENAULT MASTER Placa: SRX-9D71 Chassi: 93YF6200XSJ014571 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIRO MODELO: MASTER JI MBUS MARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01408187903</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 8.236,8750
7	30127	<p>RENAULT MASTER Placa: SSC-8B52 Chassi: 93YF62007SJ083976 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIRO MODELO: MASTER JI MBUS MARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01416711179</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 8.236,8750



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



8	30127	<p>CHEVROTET SPIN Placa: SRG-4H80 Chassi: 9BGJP7520RB174325 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: Spin 18L AT PREMIER MARCA: chevrolet COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2024 RENAVAM: 01372427896</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 5.068,4400
---	-------	--	-----	---	-----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



9	30127	<p>CHEVROTET SPIN Placa: SRK-4G75 Chassi: 9BGJP7520RB198087 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: Spin 18L AT PREMIER MARCA: chevrolet COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2024 RENAVAM: 01372888591</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 5.068,4400
---	-------	--	-----	---	-----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



10	30127	<p>FIAT ARGO Placa: TTD-4C52 Chassi: 9BD358AGRSYP09579 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01434430933</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 4.289,4400
----	-------	--	-----	---	-----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



11	30127	<p>Fiat ARGO Placa: TTB-3I03 Chassi: 9BD358AGRSYP04834 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01434435030</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 4.289,4400
----	-------	--	-----	---	-----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



12	30127	<p>FIAT ARGO Placa: TUB-0E31 Chassi: 9BD358AGRSYP04940 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 001434433096</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 4.289,4400
----	-------	---	-----	---	-----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



13	30127	<p>FIAT ARGO Placa: TTD-4C54 Chassi: 9BD359AGRSYP10987 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01434436338</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 4.289,4400
----	-------	--	-----	---	-----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



14	30127	<p>FIAT ARGO Placa: TTC-4F22 Chassi: Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01434437342</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 4.289,4400
15	30127	<p>Chevrolet S10 Placa: SSB-0102 Chassi: 9BG143DK0PC443838 Tipo: Camionete Especie: Especial MODELO: Chevrolet/S10 PCIA A MARCA: Chevrolet COMBUSTIVEL: Diesel Cor: BRANCO FAB/MOD: 2023/2023 RENAVAM: 01413650012</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1	R\$ 4.227,4300



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



16	30127	Chevrolet S10 <i>Placa: SRZ-6182</i> <i>Chassi: 9BG143DK0PC449289</i> <i>Tipo: Camionete</i> <i>Especie: Especial</i> <i>MODELO: Chevrotet/S10 PCIA A</i> <i>MARCA: Chevrotet</i> <i>COMBUSTIVEL: Diesel</i> <i>Cor: BRANCO</i> <i>FAB/MOD: 2023/2023</i> <i>RENAVAM: 01413651566</i> <i>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto;</i> <i>b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00;</i> <i>c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas);</i> <i>d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km;</i> <i>e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim;</i> <i>f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</i>	UND	1	R\$ 4.227,4300
----	-------	---	-----	---	-----------------------

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

O prazo de vigência da contratação é de 1 ano, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Podendo ser prorrogado, conforme artigo 113 da Lei 14.133/2021. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

As condições gerais do seguro deverão ser as abaixo dispostas:

CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO

O seguro a ser contratado deverá atender a estas “Condições Gerais do Seguro”, abrangendo, em relação todos os veículos, as modalidades: Automóvel cobertura “Compreensiva – (colisão, incêndio, roubo/furto)”, “Responsabilidade Civil Facultativa, – Danos Materiais”, “Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Corporais”, RD – Risco Diversos – equipamentos móveis e “Assistência 24 horas”, como segue:

- a) A Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – **R\$ 200.000,00** e Danos Corporais – **R\$ 5.000,00**;
- c) Cobertura de casco: **100% (cem por cento)** da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas);
- d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): **até 400 km**;
- e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: **Sim**;
- f) APP (morte e invalidez) de **R\$ 10.000,00** por ocupante;
- g) Franquia: **NORMAL**.

CONDIÇÕES GERAIS DA APÓLICE DE SEGURO DE AUTOMÓVEIS, OBJETIVO DO SEGURO E LIMITE DE RESPONSABILIDADE

Pela apólice de Seguro de Automóveis, a Seguradora garante os veículos nela mencionados, contra prejuízos e despesas devidamente comprovadas e decorrentes dos riscos cobertos, até o valor das Importâncias Seguradas respectivas fixadas pelo Segurado, as quais não implicam, por parte da Seguradora, em reconhecimento de prévia determinação de valores, mas constituem, apenas, a base de cálculo dos limites máximos das indenizações exigíveis, de acordo com as condições a seguir enumeradas.

RISCOS COBERTOS

Para os fins deste seguro, consideram-se riscos cobertos aqueles expressamente convencionados nas Cláusulas-Padrão de Cobertura ratificadas no texto da apólice e que dela fazem parte integrante e inseparável e que ocorram dentro do território brasileiro, salvo expressa menção em contrário.

OBRIGAÇÕES DO SEGURO

- Ocorrência de sinistro

Em caso de sinistro coberto por esta apólice, o Segurado obriga-se a cumprir as seguintes disposições:

- a) Tomar, o mais depressa possível, todas as providências ao seu alcance para proteger o veículo sinistrado e evitar a agravação dos prejuízos;
- b) Dar imediato aviso às autoridades policiais, em caso de desaparecimento, roubo ou furto, total ou parcial do veículo segurado;
- c) Dar imediato aviso à Seguradora, pelo meio mais rápido de que dispuser, entregando-lhe devidamente preenchido formulário de AVISO DE SINISTROS, fornecido para esse fim, no qual deverá fazer o relato completo e minucioso do fato mencionado: dia, hora, local exato e circunstância do acidente; nome endereço e carteira de habilitação de quem dirigia o veículo; nome e endereço de testemunhas, providências de ordem policial que tenham sido tomadas e tudo mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



que possa contribuir para o esclarecimento a respeito da ocorrência, bem como declarar a eventual existência de outros seguros em vigor sobre o mesmo veículo;
d) Aguardar a autorização da Seguradora para iniciar a reparação de quaisquer danos.

- Conservação dos veículos

O Segurado obriga-se a manter o veículo em bom estado de conservação e segurança.

- Alterações

O Segurado obriga-se a comunicar à Seguradora imediatamente e por escrito quaisquer fatos ou alterações verificados durante a vigência desta apólice com referência aos veículos segurados, tais como:

- a) Contratação ou cancelamento de quaisquer outros seguros sobre o veículo;
- b) Transferência de posse ou propriedade do veículo segurado;
- c) Alterações no próprio veículo ou no uso do mesmo.

NOTA: A responsabilidade da Seguradora somente prevalecerá na hipótese de concordar, expressamente, com as alterações que lhe forem comunicadas, efetuando as necessárias modificações na apólice, por endosso.

PAGAMENTO DO PRÊMIO

- a) Fica entendido e ajustado que pagamento de indenização, por força do presente Contrato, somente será efetuado após a quitação pontual do prêmio pelo Segurado.
- b) A data limite para pagamento do prêmio não poderá ultrapassar o 30º (trigésimo) dia da emissão da apólice, da fatura ou documento de cobrança, do aditivo de renovação ou endossos dos quais resultem aumentos do valor do prêmio.
- c) Quando a data limite cair em dia em que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.
- d) Decorridos os prazos referidos nos itens anteriores sem que tenha sido quitada a Nota de Seguro, o contrato ou aditamento a ele referente ficará automaticamente e de pleno direito cancelado, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba restituição de qualquer parcela de prêmio já paga.
- e) A presente cláusula prevalece sobre quaisquer outras condições que dispuserem em contrário.

BENS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO

Ficam excluídos do presente seguro, salvo estipulação expressa:

- a) Os rádios e/ou toca-fitas conjugados ou não, originais de fábrica ou não, carrocerias e equipamentos especiais;
- b) Os equipamentos destinados a um fim específico não relacionado com a locomoção do veículo.

PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS

A SEGURADORA NÃO INDENIZARÁ:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- a) Perdas ou danos decorrentes de atos de hostilidade ou de guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, nacionalização, destruição, requisição ou apreensão efetiva por autoridade de fato ou de direito, civil ou militar, e todo e qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, não respondendo ainda por quaisquer prejuízos relacionados com tumultos, motins, greves, “lockout” e quaisquer outras perturbações de ordem pública;
- b) Perdas e danos causados por qualquer convulsão da natureza, salvo as expressamente previstas nas cláusulas-padrão de cobertura da apólice;
- c) Desgastes, depreciação pelo uso, falhas de material, defeitos mecânicos ou da instalação elétrica do veículo segurado;
- d) Lucros cessantes e danos resultantes de paralisação do veículo segurado, mesmo quando em consequência de qualquer risco coberto por esta apólice;
- e) Qualquer perda, destruição ou dano de bens materiais, prejuízo ou despesas emergentes, dano consequente, responsabilidade legal de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados ou resultantes de radiações, ionizantes ou de contaminação pela radioatividade de combustível nuclear, bem como perda e destruição, danos ou responsabilidade legal, direta ou indiretamente causados ou resultantes de material de armas nucleares, ficando, ainda, entendido que, para fins desta exclusão, “combustão” abrangerá qualquer processo auto sustentador de fissão nuclear;
- f) Perdas ou danos de pneus e câmaras de ar, salvo nos casos de incêndio e de roubo ou furto total do veículo segurado;
- g) Perdas ou danos ocorridos durante a participação do veículo segurado em competições, apostas e provas de velocidades legalmente autorizadas ou não;
- h) Perdas ou danos sofridos pelo veículo segurado, quando estiver sendo rebocado por veículo não apropriado a esse fim;
- i) Despesas que não sejam estritamente necessárias para reparo do veículo e seu retorno às condições imediatamente anteriores ao sinistro;
- j) Perdas ou danos causados pela queda, deslizamento ou vazamento da carga transportada, salvo quando consequente a um dos riscos cobertos por esta apólice.

PERDAS DE DIREITOS

Além dos casos previstos em lei, a Seguradora ficará isenta de qualquer obrigação decorrente deste contrato se:

- a) O segurado não fizer declarações verdadeiras e completas ou omitir circunstâncias de seu conhecimento que pudessem ter influído na aceitação da proposta ou nos enquadramentos tarifários do risco;
- b) O Segurado deixar de cumprir as obrigações convencionadas nesta apólice;
- c) O veículo segurado estiver sendo dirigido por pessoa que não possua habilitação legal e apropriada para conduzir ou que esteja sob ação de álcool, de drogas ou entorpecentes de uso fortuito, ocasional ou habitual;
- d) O veículo for usado para fim diverso do indicado nesta apólice;
- e) O sinistro for devido à culpa grave ou dolo do segurado;
- f) O segurado por qualquer meio procurar obter benefícios ilícitos do seguro a que se refere esta apólice.

LIQUIDAÇÃO DE SINISTRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



A liquidação de qualquer sinistro coberto por esta apólice processar-se-á consoante as seguintes regras:

- a) Indenizar em moeda corrente;
- b) Mandar reparar danos;
- c) Substituir o veículo por outro equivalente.

Sendo necessária a substituição de peças de veículo não existente no mercado brasileiro, a Seguradora poderá:

- a) Mandar fabricar tais peças;
- b) Pagará o custo da mão-de-obra para a sua colocação e o valor de tais peças fixado de acordo com:

O preço constante da última lista de fornecedores tradicionais do mercado brasileiro;

Na hipótese de não ser possível o previsto no item “b.1” acima, o preço pela última lista do respectivo fabricante no país de origem, ao câmbio em vigor na data da liquidação do sinistro mais despesas inerentes à importação devidamente comprovadas;

Na hipótese de não ser também possível o previsto no item “b.2” acima, o custo de peças similares existentes no mercado brasileiro.

A inexistência de peças no mercado não implicará no enquadramento do sinistro como perda total.

Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a seguradora indenizará o Segurado em moeda corrente ou entregar-lhe-á outro veículo equivalente.

No caso de Perda Total, roubo, ou furto total, sem prejuízo das demais obrigações estipuladas nesta apólice, qualquer indenização somente será paga mediante apresentação dos documentos que comprovem os direitos de propriedade, livre e desembaraçada de qualquer ônus, sobre o veículo sinistrado e, em caso de veículos importados, a prova da liberação alfandegária definitiva.

Ocorrendo a perda total do veículo, a indenização limitar-se-á ao valor médio do contrato na data da liquidação do veículo, acrescidos das despesas de socorro e salvamento porventura existentes, em hipótese alguma esta indenização poderá ultrapassar a importância segurada do casco do veículo.

Não obstante o disposto no parágrafo anterior, para os veículos novos, ocorrendo Perda Total, a indenização será pelo valor do veículo novo de idênticas características, na data da liquidação do sinistro, desde que satisfaça todas as seguintes condições:

- a) A cobertura do segurado tenha sido iniciada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados da data de retirada do veículo do revendedor ou concessionário autorizado pelo fabricante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- b) A Perda Total tenha ocorrido dentro do prazo de 06 (seis) meses, contados da data da quitação do veículo em revendedor ou concessionário autorizado pelo fabricante e esteja em vigor a garantia concedida pelo mesmo.

Na hipótese de impossibilidade de substituição do veículo por outro de idênticas características, a indenização corresponderá à importância segurada, limitada ao valor médio de mercado do veículo objeto do seguro, vigente na data de liquidação.

PERDA TOTAL

Ocorre Perda Total do veículo, por colisão, incêndio e outras causas, sempre que o valor dos prejuízos acrescidos das despesas de socorro ou salvamento for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor médio de mercado do veículo do mesmo ano, marca, modelo e estado de conservação.

A INDENIZAÇÃO POR PERDA TOTAL, SEJA QUAL FOR A NATUREZA, OBEDECERÁ AO VALOR MÁXIMO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA, observando o seguinte:

- a) Será indenizada a importância segurada, se esta for inferior ao valor médio de preço de mercado;
- b) Será indenizado o preço médio de mercado do veículo, se este for inferior à importância segurada.

SALVADOS

- a) Ocorrido sinistro que atinja o veículo segurado por esta apólice, a Seguradora não poderá abandonar os salvados.
- b) A Seguradora poderá, de acordo com o Segurado, providenciar o melhor aproveitamento dos salvados, ficando, no entanto, entendido e concordado que quaisquer medidas tomadas pela Seguradora não implicarão reconhecimento da obrigação de indenizar os danos ocorridos.
- c) No caso de indenização por Perda Total ou substituição de peças ou partes dos veículos, os salvados (veículo sinistrado, peças ou partes substituídas, conforme o caso) pertencerão à Seguradora.

INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL

Quando na data de ocorrência de um sinistro existir outros seguros sobre o veículo mencionado nesta apólice, a Seguradora indenizará as perdas sofridas pelo Segurado, na proporção existente entre a importância que houver garantido para os riscos ocorridos e a totalidade de importância Segurada por todas as apólices em vigor naquela data.

SUB- ROGAÇÃO DE DIREITOS

Efetuada o pagamento de indenização, cujo recibo valerá como instrumento de cessão, a Seguradora ficará sub-rogada, até o limite da indenização paga, em todos os direitos e ações do Segurado contra aqueles que, por ato, fato ou omissão, tenham causado os prejuízos suportados pela Seguradora ou para eles concorridos, obrigando-se o Segurado a facilitar os meios necessários ao exercício dessa sub-rogação.

RESCISÃO E CANCELAMENTO

Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes contratantes e obtida a concordância da outra parte, observadas as disposições seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- a) Na hipótese de rescisão a pedido do Segurado, a Seguradora reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a tabela de prazo curto da tarifa em vigor.
- b) Na hipótese de rescisão por iniciativa da Seguradora, além dos emolumentos, esta reterá, do prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

A cobertura prevista nesta apólice ficará AUTOMATICAMENTE CANCELADA, sem qualquer restituição de prêmios e emolumentos, quando:

- a) por falta de pagamento, conforme a hipótese prevista na alínea “d” da Cláusula de Pagamento do Prêmio, destas Condições Gerais;
- b) Ocorrer a PERDA TOTAL do veículo segurado;
- c) A indenização ou soma das indenizações pagas com referência a cada veículo segurado atingir ou ultrapassar a respectiva importância segurada.
- d) A franquia do casco prevista nesta apólice será deduzida das indenizações devidas por prejuízos parciais ou perda total dos referidos acessórios, exceto para rádios e/ou toca-fitas, carrocerias e equipamentos especiais que estarão sujeitos à liquidação de franquias específicas.
- e) Quando se tratar de rádio e/ou toca-fitas, somente haverá cobertura parcial ou total destes acessórios, se contratados com a cobertura nº. 1 – Compreensiva com Franquia Obrigatória. Na Compreensiva com Franquia Facultativa, estes acessórios terão cobertura se houver perda total do veículo.
- f) Em caso de seguros contratados sob a Cobertura Básica nº. 2 – Incêndio e Roubo não estarão cobertos pelo roubo ou furto de acessórios, carrocerias e/ou equipamentos, sem que tenha havido roubo ou furto total do veículo.
- g) Importâncias Seguradas Indicadas na apólice não implicam reconhecimento de prévia determinação de valores, mas constituem apenas os limites máximos de indenizações atingíveis, de acordo com as condições de cobertura.

CLÁUSULA PADRÃO – FRANQUIA

Fica estipulado pela presente que o seguro está sujeito a uma franquia obrigatória, expressa em reais na apólice, dedutível de cada reclamação apresentada pelo Segurado, exceto nos casos de “Perda Total” e de prejuízos provenientes de raio e suas consequências, incêndio e explosões acidentais.

CLÁUSULA PADRÃO – CLÁUSULAS BENEFICIÁRIAS

- a) Fica entendido e acordado que toda e qualquer indenização devida por prejuízos sofridos pelo veículo a que se refere o presente seguro deverá ser paga diretamente ao credor ou ao beneficiário especificamente designado no contrato de seguro e, ainda, ao utilizador do veículo, desde que com expressa anuência do beneficiário ou do credor.
- b) Nos casos em que o pagamento for efetuado diretamente ao credor, caberá a este satisfazer quaisquer obrigações para com o utilizador do veículo, ou terceiros, em razão do contrato de financiamento existente.
- c) O presente seguro não poderá ser cancelado ou sofrer qualquer alteração sem prévia e expressa anuência do credor ou beneficiário.

CLÁUSULA PADRÃO – AVARIAS



Fica entendido e acordado que correrá por conta do Segurado a reparação das avarias já existentes no veículo, quando da contratação do seguro. As partes ou peças avariadas, bem como o valor da reparação constam na vistoria prévia realizada pela Seguradora.

Ocorrendo sinistro coberto pela apólice envolvendo aquelas partes ou peças, ainda reparadas, o valor constante da Vistoria Prévia será deduzido da indenização a ser paga.

CLÁUSULA PADRÃO – RESTRIÇÕES DE COBERTURA

Fica entendido e acordado que, sendo o uso do veículo destinado ao transporte exclusivo de bens de propriedade do Segurado, ou bens por ele industrializados, não haverá cobertura para sinistros ocorridos se, na ocasião do evento, o veículo estiver sendo utilizado para transporte de bens de terceiros a frete.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. A Contratação de Serviço de Seguro Veicular visa garantir a segurança das atividades operacionais das secretarias municipais, protegerem os bens públicos e assegurar a assistência imediata em caso de sinistros, contribuindo para a prestação eficiente dos serviços públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE GARANTIA OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

A solução foi analisada e se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II). Diante do objetivo a ser alcançado, que é o fornecimento de serviço de contratação de seguro veicular, a opção mais adequada se encontra em se fazer através de um pregão eletrônico.

O Município rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o exigido na descrição de cada serviço.

O prazo de garantia dos veículos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados da data de emissão da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação.

A empresa vencedora deverá prestar ou apresentar relação das empresas que prestarão assistência técnica nos equipamentos durante o prazo de garantia, com reposição de peças originais (quando for o caso) no momento da entrega, anexada junto à nota fiscal.

A empresa se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o veículo em até 10 (dez) dias após a notificação. O equipamento que apresentar qualquer defeito, não implicará aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



Para a comprovação da garantia deverá ser entregue o termo de garantia contratual, o qual deverá ser apresentado junto à nota fiscal, acompanhado do manual de instrução, de instalação e uso do serviço em linguagem didática, com ilustrações, emitido pelo fabricante do equipamento.

Não haverá necessidade de amostras do serviço contratado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de cada apólice deverá observar os seguintes requisitos obrigatoriamente:

- Cobertura Compreensiva: colisão, incêndio, roubo/furto e desastres naturais;
- RCF (Danos Materiais e Corporais): R\$ 200.000,00 cada;
- Danos Morais: R\$ 20.000,00 (quando aplicável);
- Cobertura de Casco: 100% do valor da Tabela FIPE;
- APP por Ocupante: R\$ 50.000,00;
- Assistência 24h: táxi e guincho ilimitados (mínimo 400km);
- Cobertura de vidros, retrovisores, lanternas e faróis;
- Franquia: padrão (normal);
- Seguradora habilitada junto à SUSEP.

Quanto aos requisitos da Sustentabilidade e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Conforme tabela consolidada no ETP e já presente neste termo de referência, abrangendo os 16 veículos, incluindo automóveis leves (HB20, Argo, Versa, Spin), utilitários (S10) e micro-ônibus (Renault Master), com detalhamento completo de placa, chassi, RENAVAM e as secretarias demandantes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

A adoção do critério de adjudicação por item visa ampliar a competitividade, permitindo a participação de seguradoras especializadas em segmentos específicos e promovendo maior vantagem para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade e isonomia previstos na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.

Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



O(s) fiscal(is) do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;
- Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;
- Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. FORMA DE CONTRATAÇÃO E PARCELAMENTO

A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato e emissão da apólice. A cobertura deverá ser disponibilizada em até 5 dias úteis após a assinatura contratual.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, CNPJ: 28.813.972/0001-08, ENDEREÇO: Av. Roberto Silveira, nº 68 - Centro - CEP: 28.360-000 .

Da liquidação da despesa:

A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência

Do pagamento da despesa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



O pagamento será efetuado, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

9. FISCALIZAÇÃO

É importante destacar que a execução das obrigações contratuais será fiscalizada por fiscais, Titular e Suplente, designados por meio de portaria publicada, vinculados às Secretarias Municipais. Esses representantes da Administração Pública serão responsáveis por toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, com o objetivo de assegurar a qualidade e a conformidade do contrato com o objeto deste pedido.

O Gabinete do prefeito nomeou por Portaria o Servidor João Carlos de Souza, Portaria 303/2025, já a Secretaria de Assistência Social e Habitação nomeou os fiscais Jeferson Rocha Poses, CPF nº 081.369.977-05 – Chefe de Divisão de Vigilância Socioassistencial; Thaís Teixeira, CPF sob o nº 056.870.217-44 – Gerente de Proteção Social Básica; Laura Gioffi Coelho das Neves, CPF nº 063.832.355-08 – Coordenadora de Proteção Social; A Secretaria de Saúde nomeou a servidora Thayane Cunha Nunes Soares, inscrita no CPF sob o número 156.259.397-80.

10. FONTES DE RECURSOS

Os recursos utilizados para a contratação são oriundos de dotação orçamentária própria, conforme previsão nas unidades requisitantes.

A indicação orçamentária do Gabinete do Prefeito foi o seguinte:

Elemento de despesa	Fonte de Recurso	Ficha	Programa de Trabalho
3.90.39.00	720	26	2793



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



A indicação da Secretaria de Assistência Social e Habitação foram as seguintes:

Elemento de despesa	Fonte de Recurso	Ficha	Programa de Trabalho
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	500, 720	454,455	08.122.0111.2616.0000

Elemento de despesa	Fonte de Recurso	Ficha	Programa de Trabalho
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	660	461	08.122.0111.2617.0000

Elemento de despesa	Fonte de Recurso	Ficha	Programa de Trabalho
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	660	474	08.243.0127.2726.2726

Elemento de despesa	Fonte de Recurso	Ficha	Programa de Trabalho
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	660, 669, 720	486., 487, 488	08.244.0111.2618.0000

Elemento de despesa	Fonte de Recurso	Ficha	Programa de Trabalho
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	660, 669, 720	499, 500, 501	08.244.0111.2619.0000

Elemento de despesa	Fonte de Recurso	Ficha	Programa de Trabalho
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	660, 720	509, 510	08.122.0111.2620.0000

Elemento de despesa	Fonte de Recurso	Ficha	Programa de Trabalho
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	720	514	08.244.0111.2619.0000

Elemento de despesa	Fonte de Recurso	Ficha	Programa de Trabalho
----------------------------	-------------------------	--------------	-----------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	720	518	08.244.0111.2624.0000
---	-----	-----	-----------------------

Elemento de despesa	Fonte Recurso	de Ficha	Programa Trabalho de
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	720	523	08.244.0111.2626.0000

Elemento de despesa	Fonte Recurso	de Ficha	Programa Trabalho de
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	720	527	08.244.0111.2617.0000

Elemento de despesa	Fonte Recurso	de Ficha	Programa Trabalho de
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	660	531	08.244.0111.2727.0000

Elemento de despesa	Fonte Recurso	de Ficha	Programa Trabalho de
3.3.90.39.00 – Serviços de terceiro – Pessoa Jurídica	720	535	11.334.0113.2631.0000

A Secretaria Municipal de Saúde indicou as três fichas abaixo:

Elemento de despesa	Fonte Recurso	de Ficha	Programa Trabalho de
3.3.90.39.00	500.500	392	10.3020109.26.12.0000

Elemento de despesa	Fonte Recurso	de Ficha	Programa Trabalho de
3.3.90.39.00	500.500	340	10.122.0105.2610.0000

Elemento de despesa	Fonte Recurso	de Ficha	Programa de Trabalho
3.3.90.39.00	500.500	372	10.301.0106.26.11.0000



11. ANÁLISE DE RISCOS

Conforme o Mapa de Riscos Unificado, foram identificados e tratados riscos como:

- Falha na caracterização do objeto;
- Contingenciamento orçamentário;
- Pesquisa de preços inadequada;
- Descumprimento contratual;
- Impugnações ou recursos administrativos;
- Inexecução contratual;
- Entre outras.

Todas as ações preventivas e de contingência estão registradas em documento anexo e integradas à matriz de riscos.

12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

O Termo de Referência será parte integrante do edital de licitação e deverá ser rigorosamente observado na condução do certame e da execução contratual.

Conclui-se que a referida contratação se torna imprescindível na necessidade a que se destina, ou seja, seguro de proteção veicular para veículos de uso da administração do Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

FELIPE RODRIGUES BRAGA

Coordenador de Planejamento, Processamento e Riscos de Licitações
Portaria 477/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ, situado à Av. Governador Roberto Silveira, nº 68 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Telefone nº (22) 3833-9200 - CNPJ/MF sob o nº 288129720003-61, contra com a empresa _____, com sede na _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade n.º _____, CPF nº _____, órgão expedidor _____, objetivando **xxxxxx**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a), podendo o presente contrato de serviço e fornecimento contínuo ser



prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do artigo 107 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
(art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2. A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores _____.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. *Não é permitida a subcontratação do objeto do contrato.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. *O valor da contratação é de R\$ (.....).*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 6.1.1- O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias corridos, após a efetiva realização dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.1.2. Cada pagamento só será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ou seja, mediante apresentação das certidões negativas de débitos com a Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhistas, em plena validade.
- 6.1.3. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão por meio de Ordem Bancária, devendo ficar especificado: nome do banco; agência; conta corrente, localidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



6.1.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

6.1.5. As Notas Fiscais/faturas devem indicar, ainda, os seguintes dados:

- a) Número do Contrato ou da Ata;
- b) Número do Termo Aditivo, quando houver;
- c) Número do Empenho;
- d) Número da Solicitação de Fornecimento/Ordem de Serviço;
- e) Descrição do(s) bem(ns) ou serviço(s); e
- f) Demais dados necessários para demonstrar o vínculo entre a Nota Fiscal e o respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. Conforme artigo 123 da lei 14133/2021.

8.10.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**. Conforme parágrafo único do artigo 123 da lei 14133/2021.

8.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado e Estadual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratado;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15.% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10.% a 30% do valor do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).



11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.1.3. Indenizações e multas.



12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de xxxx

Fonte de Recursos: xxx

Programa de Trabalho: xxxxx

Elemento de Despesa: xxxxx

Reserva: xxxx

Ficha: xxxx

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025 - PMBJI

OBJETO: xxxx

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Nome de Fantasia: _____, Razão Social: _____ Insc. Est.: _____ Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____ E-mail: _____ Telefone: _____ Fax: _____ Responsável pela assinatura do contrato: _____ Telefone: _____ Banco: _____ Conta Bancária: _____ Nome _____ e nº. da Agência: _____, para atendimento do objeto destinado ao Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025-PMBJI**.

Para tanto, oferecemos a esse órgão o valor total de R\$ _____ para o referido Pregão, conforme abaixo.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT.	Preço Unitário	Preço Global
1	30127	HYUNDAI -HB20 - SEDAN Placa: RKN7D49 Chassi: 988675138NKL75696 Tipo: Automóvel Espécie: Passageiro Modelo: SEDAN Marca: HYUNDAI Combustível: Álcool/Gasolina Cor: PRETA FAB/MOD: 2022 RENAVAM: 01324189220 a) Apólice deverá ter cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (táxi e guincho ilimitados): até 400Km; e) Cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante. Franquia: normal.	UND	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



2	30127	<p>HYUNDAI HB20 S Placa: RJV7J14 Chassi: 9BHCP41BBPP3367630 Tipo: Automóvel Espécie: Passageiro Modelo: HB20 S 10TA COMFORT Marca: HYUNDAI Combustível: Álcool/Gasolina Cor: Branca FAB/MOD: 2022/2023 RENAVAM: 01329305431</p> <p>a) Apólice deverá ter cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto e Desastres Naturais; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00 – Danos morais – R\$ 20.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (táxi e guincho ilimitados): até 400Km; e) Cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante. Franquia: normal.</p>	UND	1		
3	30127	<p>HYUNDAI HB20 Placa: RJV7J13 Chassi: 9BHCP51BBPP351429 Tipo: Automóvel Espécie: Passageiro Modelo: HB20 10TA CONFORT Marca: HYUNDAI Combustível: Álcool/Gasolina Cor: Branca FAB/MOD: 2022/2023 RENAVAM: 01329301827</p> <p>a) Apólice deverá ter cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto e Desastres Naturais; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00 – Danos morais – R\$ 20.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (táxi e guincho ilimitados): até 400Km; e) Cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante. Franquia: normal.</p>	UND	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



4	30127	<p>NISSAN VERSA SENSE Placa: SRC3H13 Chassi: 3N1CN8AEXRL809662 Tipo: Automóvel Espécie: Passageiro Modelo: NISSAN VERSA SENSE CVT Marca: NISSAN Combustível: Álcool/Gasolina Cor: Branca FAB/MOD: 2023/2024 RENAVAM: 01381609730</p> <p>a) Apólice deverá ter cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto e Desastres Naturais; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00 – Danos morais – R\$ 20.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (táxi e guincho ilimitados): até 400Km; e) Cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante. Franquia: normal.</p>	UND	1		
5	30127	<p>RENAULT MASTER Placa: SRX-9D72 Chassi: 93YF62002SJ014614 Tipo: MICROONIBUS Espécie: PASSAGEIRO MODELO: MASTER JI MBUS MARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01408191790</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



6	30127	<p>RENAULT MASTER Placa: SRX-9D71 Chassi: 93YF6200XSJ014571 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIRO MODELO: MASTER JI MBUS MARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01408187903</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		
7	30127	<p>RENAULT MASTER Placa: SSC-8B52 Chassi: 93YF62007SJ083976 Tipo: MICROONIBUS Especie: PASSAGEIRO MODELO: MASTER JI MBUS MARCA: RENAULT COMBUSTIVEL: DIESEL Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01416711179</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



8	30127	<p>CHEVROTET SPIN Placa: SRG-4H80 Chassi: 9BGJP7520RB174325 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: Spin 18L AT PREMIER MARCA: chevrolet COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2024 RENAVAM: 01372427896</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		
---	-------	--	-----	---	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



9	30127	<p>CHEVROTET SPIN Placa: SRK-4G75 Chassi: 9BGJP7520RB198087 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: Spin 18L AT PREMIER MARCA: chevrolet COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2024 RENAVAM: 01372888591</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		
---	-------	--	-----	---	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



10	30127	<p>FIAT ARGO Placa: TTD-4C52 Chassi: 9BD358AGRSYP09579 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01434430933</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		
----	-------	--	-----	---	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



11	30127	<p>Fiat ARGO Placa: TTB-3103 Chassi: 9BD358AGRSYP04834 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01434435030</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		
----	-------	--	-----	---	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



12	30127	<p>FIAT ARGO Placa: TUB-0E31 Chassi: 9BD358AGRSYP04940 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 001434433096</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		
----	-------	---	-----	---	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



13	30127	<p>FIAT ARGO Placa: TTD-4C54 Chassi: 9BD359AGRSYP10987 Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01434436338</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		
----	-------	--	-----	---	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



14	30127	<p>FIAT ARGO Placa: TTC-4F22 Chassi: Tipo: Automovel Especie: PASSAGEIRO MODELO: ARGO TREKKING 1.3 MARCA: FIAT COMBUSTIVEL: Alcool/Gasolina Cor: BRANCO FAB/MOD: 2024/2025 RENAVAM: 01434437342</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		
15	30127	<p>Chevrolet S10 Placa: SSB-0102 Chassi: 9BG143DK0PC443838 Tipo: Camionete Especie: Especial MODELO: Chevrolet/S10 PCIA A MARCA: Chevrolet COMBUSTIVEL: Diesel Cor: BRANCO FAB/MOD: 2023/2023 RENAVAM: 01413650012</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



16	30127	<p>Chevrolet S10 Placa: SRZ-6182 Chassi: 9BG143DK0PC449289 Tipo: Camionete Especie: Especial MODELO: Chevrotet/S10 PCIA A MARCA: Chevrotet COMBUSTIVEL: Diesel Cor: BRANCO FAB/MOD: 2023/2023 RENAVAM: 01413651566</p> <p>a) Apólice deverá ter Cobertura abrangente: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto; b) Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) – Danos Materiais – R\$ 200.000,00 e Danos Corporais – R\$ 200.000,00; c) Cobertura de casco: 100% (cem por cento) da FIPE (Fundação de Pesquisas Econômicas); d) Assistência 24 horas completa (Táxi e Guincho Ilimitado): até 400 km; e) Coberturas de vidros, faróis, retrovisores e lanternas: Sim; f) APP (morte e invalidez) de R\$ 50.000,00 por ocupante; Franquia: NORMAL</p>	UND	1		
----	-------	--	-----	---	--	--

A Empresa proponente declara:

- 1) Conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, **tendo conhecimento das especificações do termo de referência.**
- 2) Ter cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com as especificações constantes no Termo de referência, ANEXO 01, do Edital.
- 3) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.
- 4) Declaramos que assumimos perante o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ o compromisso de executar o objeto no prazo e condições especificadas no Termo de Referência, **Anexo II.**
- 5) Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do **Contrato**, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL - PE 033/2025 PMBJI



De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(representante legal)